

Câmara dos Deputados

06/02/2013

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, houve, hoje pela manhã, nesta Casa, importantíssimo ato de apoio à Defensoria Pública.

Cumprimento todos os defensores públicos na pessoa de André de Castro, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos. A Defensoria Pública é um órgão jurídico essencial à defesa dos necessitados. Os pobres não terão os seus direitos constitucionais e legais efetivados se não houver uma defensoria forte.

Como Fernando Ferro disse de manhã, não há democracia sem defensoria. Por isso, queremos que a defensoria não só se fortaleça como tenha autonomia. Para isso, é preciso derrubar os vetos que não viabilizam a autonomia da defensoria. Autonomia da defensoria, fortalecimento, derrubada do veto já.

06/02/2013

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero saudar a presença dos defensores públicos, e homenageá-los, aqui em Brasília, num importante evento que busca o reconhecimento de suas atividades. Nós sabemos que a Defensoria Pública, estadual e federal, tem um importante compromisso com a cidadania. Nós somos um país que já fez o Programa Luz para Todos e temos em curso o Programa Água para Todos. Eu acho que está na hora de termos defensoria para todos, que faz parte desse programa de construção da cidadania e de um Estado Democrático de Direito. Sei que há problemas com a capacidade financeira dos Estados, mas eu acho que, a partir desse encontro aqui, nós poderemos discutir saídas para viabilizar a estruturação das carreiras, a construção quantitativa e qualitativa da presença dos defensores públicos dos Estados e da União, para garantir que o cidadão comum, que a pessoa pobre tenha direito a um advogado para defendê-la nas suas necessidades de enfrentamento com o Estado e nos seus interesses de cidadania. Muito obrigado, Sr. Presidente.

06/02/2013

O SR. PADRE TON (PT-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, a Presidenta Dilma Rousseff anunciou, no dia 20 de dezembro, o Programa de Investimentos em Logística em Aeroportos, incluindo um Plano de Aviação Regional, com investimentos na primeira etapa da ordem de 7,3 bilhões de reais em 270 aeroportos regionais.

A região Norte, que é a mais carente em termos de acesso ao transporte aéreo e, por isso mesmo, onde as passagens são as mais caras do País, foi contemplada com investimento previsto de 1,7 bilhão de reais em 64 aeroportos. Além de Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena, que já contam com vôos regulares de Brasília e Cuiabá, Rondônia vai receber recursos para melhorias nos aeroportos de Pimenta Bueno, Ariquemes e Guajará-Mirim. Os investimentos anunciados vão melhorar a segurança dos voos, reduzir os custos para as empresas e, certamente, vai contribuir para aumentar a oferta de voos mais baratos, inclusive de um ponto a outro dentro do próprio Estado, dando mais opção e conforto à população rondoniense, que paga atualmente uma das passagens terrestres mais caras do País devido ao monopólio que vigora no setor há mais de 30 anos.

Em que pese a iniciativa ser bem vinda, entendo que o plano ainda precisa passar por ajustes, para corrigir falhas de planejamentos que são normais em planos com essa magnitude. Regiões populosas, com economias dinâmicas e estratégicas para o desenvolvimento local, não foram contempladas. Em Rondônia, por exemplo, a região da BR-429, divisa da Bolívia, que tem um grande potencial na área do ecoturismo a ser desenvolvido, ficou de fora da primeira etapa do Plano. Da mesma forma, a região da Zona da Mata de Rondônia concentra uma população expressiva, com mais de 100 mil habitantes. Já marquei audiência com o Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da

Presidência da República, Wagner Bittencourt, para discutir esses pontos. Espero que o Ministro reconheça essas falhas e inclua as regiões mencionadas no plano de investimentos.

Aproveito, Sr. Presidente, a oportunidade para abordar, de forma rápida, outro assunto que merece o nosso registro: a derrubada do veto ao PLP 114/2011. Hoje, pela manhã, participei, juntamente com outros colegas da Casa, de um ato no Auditório Nereu Ramos, que reuniu cerca de 400 defensores públicos de todo o País, em defesa da derrubada do veto ao PLP 114, de 2011. Além de estruturar a carreira dos defensores públicos, o PLP é essencial para garantir a independência das defensorias, inclusive financeira, com a destinação de um percentual de 2% da arrecadação de cada Estado, a fim de que possa cumprir a sua função constitucional sem a interferência de agentes externos. Sem uma atuação efetiva da Defensoria Pública, que em muitos casos é a

única forma das pessoas pobres desse País ter acesso à justiça... Por exemplo: eu, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Domingos Dutra, no ano passado, participamos de uma diligência no Estado de Goiás, e o Estado de Goiás no terreiro do Poder Central não tem Defensoria Pública. Isso é muito importante.

Hoje, pela manhã, fomos recebidos pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, e também pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, prometendo, de imediato, que a gente possa votar a derrubada desses vetos.

Concluo e gostaria de dar como lido o restante do meu pronunciamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. PADRE TON (PT-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Presidenta Dilma Rousseff anunciou, no dia 20 de dezembro, o “Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos”, incluindo um Plano de Aviação Regional, com investimentos na primeira etapa da ordem de 7,3 bilhões de reais em 270 aeroportos regionais. A região Norte, que é a mais carente em termos de acesso ao transporte aéreo e, por isso mesmo, onde as passagens são as mais caras do País, foi contemplada com investimento previsto de 1,7 bilhão de reais em 64 aeroportos. Além de Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena, que já contam com vôos regulares, Rondônia vai receber recursos para melhorias nos aeroportos de Pimenta Bueno, Ariquemes e Guajará-Mirim. Os investimentos anunciados vão melhorar a segurança dos voos, reduzir os custos para as empresas e, certamente, vai contribuir para aumentar a oferta de voos mais baratos, inclusive de um ponto a outro dentro do próprio Estado, dando mais opção e conforto à população rondoniense, que paga atualmente uma das passagens terrestres mais caras do País devido ao monopólio que vigora no setor há mais de 30 anos.

Em que pese a iniciativa ser bem vinda, entendo que o plano ainda precisa passar por ajustes, para corrigir falhas de planejamentos que são normais em planos com essa magnitude. Regiões populosas, com economias dinâmicas e estratégicas para o desenvolvimento local, não foram contempladas. Em Rondônia, por exemplo, a região da BR-429, que tem um grande potencial na área do ecoturismo a ser desenvolvido, ficou de fora da primeira etapa do Plano. Da mesma forma, a região da Mata, que concentra uma população expressiva também ficou de fora. Já marquei audiência com o Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, da Presidência da República, Wagner Bittencourt, para discutir esses pontos. Espero que o Ministro reconheça essas falhas e inclua as regiões mencionadas no plano de investimentos.

Aproveito, Sr. Presidente, a oportunidade para abordar, de forma rápida, outros assuntos que merecem pelo menos o nosso registro, são eles: Derrubada do veto ao PLP 114/2011. Hoje pela manhã participei, juntamente com outros colegas da Casa, de um ato no Auditório Nereu

Ramos, que reuniu cerca de 400 defensores públicos de todo o País em defesa da derrubada do veto ao PLP 114, de 2011. Além de estruturar a carreira dos defensores públicos, o PLP é essencial para garantir a independência das defensorias, inclusive financeira, com a destinação de um percentual de 2% da arrecadação de cada Estado, a fim de que possa cumprir a sua função constitucional sem a interferência de agentes externos. Sem uma atuação efetiva da Defensoria Pública, que em muitos casos é a única forma das pessoas pobres desse País ter acesso à justiça, a nossa democracia fica incompleta, pois quem defende o cidadão não tem as mesmas condições materiais de quem os acusa.

A derrubada desse veto é plenamente justificada, uma vez que o defensor público é uma espécie de médico do SUS pelo caráter social e humanitário de sua atuação. Apesar dessa importância, em Rondônia, por exemplo, apenas 40% das comarcas possuem Defensoria Pública. Portanto, quero me somar aos esforços dos demais colegas desta Casa para que o Congresso Nacional possa corrigir essa injustiça o mais breve possível rejeitando esse veto.

Entrega de retro-escavadeiras.

A Presidenta Dilma Rousseff, anunciou no último dia 28 de janeiro, a doação de 18 máquinas retro-escavadeiras a municípios de Rondônia, por meio do PAC2, para reforçar o trabalho de recuperação e conservação das estradas vicinais por onde é escoada a produção agrícola e que, especialmente neste período chuvoso, sofre muito com atoleiros e quedas de pontes e bueiros. Portanto, a iniciativa do MDA é muito bem vinda e esperamos que seja ampliada para os demais municípios. Inauguração da EFA D. Antônio Possamai.

Outro registro que quero fazer é que hoje está sendo inaugurada a Escola Família Agrícola D. Antônio Possamai, no Município de Jaru, em Rondônia. Essa escola vai atender a juventude, filhos de agricultores da região de Jaru que querem completar o ensino básico dentro da pedagogia da alternância, que consiste em ficar 15 dias na escola em tempo integral e outros 15 dias por mês na propriedade, com a família, colocando em prática os ensinamentos aprendidos na escola. Portanto, Jaru e região estão de parabéns, por mais essa iniciativa.

Queda de ponte na BR-425.

Por fim, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para cobrar do Superintendente do DNIT em Rondônia, Sr. André Reitz do Valle, uma solução urgente para o problema da interrupção do tráfego na BR-425, que dá acesso ao Município de Guajará-Mirim, devido ao desabamento da cabeceira da ponte do Igarapé Misericórdia, provocado pelas fortes chuvas que caíram na região nos últimos dias. O fato ocorreu no último dia 02, isolando uma população de mais de 60 mil habitantes e até o momento o DNIT não apresentou uma solução de emergência para reestabelecer o fluxo de pessoas e de mercadorias. Temos informação de que já está faltando

combustível em diversos postos de Guajará-Mirim e que nos próximos dias, se o trecho não for desobstruído, vai começar a faltar alimento para a população. Por isso, há necessidade de uma ação urgente do DNIT no sentido de instalar uma ponte móvel no local, se possível ainda hoje, até que o problema seja solucionado definitivamente.

Era o que tinha a dizer, muito obrigado.

06/02/2013

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Primeiro, eu quero agradecer ao Deputado Pastor Eurico, que entra no ar daqui a 12 minutos, e ao Deputado Ruy Carneiro, que também entra no ar, em seguida. Então, quem estava esperando o Pastor Eurico, S.Exa. vai entrar no ar depois da nossa fala. Quero agradecer também ao Deputado Renato Andrade a gentileza da permuta.

Sr. Presidente, hoje nós estamos vendo aqui nesta Casa uma mobilização das Defensorias Públicas. E eu quero deixar registrados alguns documentos importantes dessa manifestação. Deixo aqui registrados o documento da RENAP *Contra o Veto ao PL 114. Por uma Defensoria Forte e Autônoma!* e o discurso do Antônio, representante da Terra de Direitos, um belíssimo discurso, defendendo não só o fortalecimento da Defensoria Pública, como também a reforma da Justiça brasileira.

Nós precisamos ir além da reforma do Judiciário. Nós precisamos ter uma Justiça que defenda os pobres, e não uma Justiça que garanta direitos apenas para rico. Com uma Justiça que não tem defensoria pública, rico não fica preso, rico não é punido. Mas os pobres, muitas vezes inocentes, moram nas cadeias deste País, e, muitas vezes, ao pleitear seus direitos assegurados, por falta de defensoria pública. Quero também deixar aqui registrado nos Anais desta Casa o manifesto pela efetiva autonomia da Defensoria Pública à derrubada ao veto ao PLP nº 114/11, da articulação Fórum da Justiça.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que nós temos alguns órgãos importantes neste País que militam perante o Judiciário. Mas, sem dúvida nenhuma, se nós queremos efetivar os direitos previstos da Constituição Federal, que é chamada de Constituição Cidadã, tem uma série de direitos importantes, se nós queremos efetivar os direitos das leis que produzimos, nós precisamos ter um órgão que defenda os mais pobres deste País, e este órgão, sem dúvida nenhuma, é a Defensoria.

Tem muita gente dizendo: “Ah! A Presidenta Dilma vetou”. Mas o empecilho pela autonomia da Defensoria não é a Presidenta Dilma: são os Governadores do Estado. E nós temos que romper essa resistência. E não tem porque os Governadores dos Estados resistirem. A lei

prevê uma transição de 5 anos, meu caro Deputado Fabio Trad. O impacto dá para ser absorvido ao longo desses 5 anos, para que os Governadores se adaptem a essa nova realidade tão necessária à defesa dos direitos daqueles que são mais pobres.

Ao concluir, Sr. Presidente, peço que este meu discurso seja divulgado no programa *Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

06/02/2013

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, na manhã de hoje, no Auditório Nereu Ramos, instalou-se a Assembleia dos Defensores Públicos, objetivando sensibilizar os Parlamentares para a recusa ao veto presidencial ao Projeto de Lei nº 114, de autoria do Líder José Pimentel, da bancada estadual do Ceará, da bancada senatorial do Ceará.

Destaque-se por oportuno que a apreciação de vetos terá que obedecer a uma liminar do Supremo Tribunal Federal da lavra do Ministro Luís Fux, matéria a ser examinada apenas após o Carnaval juntamente com o Orçamento da República. Os defensores cearenses, liderados pela defensora-geral, Andréa Coelho e a presidente da ADPEC, Sandra Sá buscaram apoio da nossa representação política para a rejeição do aludido veto alusiva à autonomia administrativa e financeira da carreira instituída pela Carta de 5 de outubro de 1988 da qual me honro de haver sido o segundo signatário, antecedido apenas pelo (*ininteligível*), homem público, Ulisses Guimarães.

Poucas vezes, Sr. Presidente, os defensores da União e dos Estados estiveram tão arregimentados, o que já nos permite visualizar perspectiva auspiciosa de pleno êxito nessa tarefa que certamente haverá de sensibilizar Deputados e Senadores.

No final do mês, é provável o entendimento das duas Casas para estabelecer a data destinada à ansiada deliberação. Ninguém desconhece a relevância das atribuições daqueles que no exercício de seus encargos institucionais patroneiam o direito dos carentes e necessitados.

Ao registrar o magno evento, confio em que se registrará um deslinde satisfatório do qual os maiores beneficiários serão os demandantes de direitos conspurcados indevidamente.

E teremos, assim, um órgão, uma Defensoria Pública pugnando pelo respeito integral aos direitos de cidadania.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

06/02/2013

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, recebi hoje em meu gabinete a visita de Defensores Públicos dentre eles o Defensor Público-Geral em exercício, o Dr. Francisco de Jesus Barbosa, o Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Piauí, Sr. Arilson Malaquias, que me pediram apoio para derrubar o veto presidencial ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011, pelo qual as Defensorias Públicas Estaduais passariam a ter 2% do Orçamento garantido para as suas despesas com pessoal, independentemente do exercício.

Atualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal contempla o gasto total do Estado com pessoal em 60%, sendo 49% para o Executivo, 6% para o Judiciário, 3% para o Legislativo e 2% para o Ministério Público. Pelo PL nº 114/11, terá que incluir 2% para a Defensoria Pública. O limite continua em 60%. Porém, o limite do Executivo cai para 47%, para agregar o patamar da Defensoria.

Trata-se de uma causa justa, a meu ver. Lembro aos senhores e às senhoras que o Projeto nº 114/2011, de autoria do Senador José Pimentel, do PT do Ceará, foi aprovado no Senado no final de 2011.

Em outubro do ano passado, recebi em meu escritório parlamentar o Presidente da Associação da Defensoria Pública Estadual do Piauí, Arilson Malaquias, solicitando apoio ao projeto, que, no mesmo mês foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, da qual sou o 2º Vice-Presidente. Em novembro do ano passado, a matéria foi aprovada aqui nesta Casa. A inclusão do Projeto na Ordem do Dia foi inclusive requerida por mim e acatada pelo Deputado Marco Maia, dentre outros Parlamentares que lutaram por esta causa. Pois bem, no final de dezembro, a Presidenta Dilma Rousseff vetou integralmente o PL nº 114/11 por contrariedade ao interesse público. Com todo respeito à Presidenta e aos assessores técnicos que orientaram o veto, digo que se trata de um equívoco. As defensorias são essenciais para possibilitar o acesso das pessoas mais pobres à justiça. Isso é interesse público. O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional com apoio unânime dos partidos políticos, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados.

Segundo a Associação Nacional dos Defensores Públicos, nenhum Secretário de Fazenda Estadual apresentou qualquer manifestação contrária ao projeto, de modo que seus argumentos pudessem ser debatidos e até contribuir para modificar o projeto.

Espero que este Congresso confirme a decisão que tomou ao garantir a autonomia financeira às defensorias, fortalecendo o trabalho de assistência jurídica aos brasileiros, especialmente aos que não podem pagar pelos serviços advocatícios, Sr. Presidente. Aproveito para registrar aqui a presença da minha esposa Isabel Torres, que também presta os seus serviços na

Defensoria Pública do Estado do Piauí. É uma alegria estar aqui neste momento abrilhantando esta Casa.

Mas, Sr. Presidente, aproveito também para fazer questão de parabenizar o Governo Federal pela realização do Encontro de Prefeitos e Prefeitas, que reuniu milhares de gestores de todo o Brasil, no final do mês de janeiro em Brasília, para tratar de parcerias que podem ser feitas em benefício das cidades, expor os investimentos da União nas diversas áreas e explicitar as formas de acesso aos programas federais para o desenvolvimento dos Municípios.

Com esse evento, o Governo Federal consolida um novo patamar das relações federativas, onde se desenvolve ainda mais o diálogo entre Governo Federal e Municípios, de acordo com critérios públicos, atendendo aos Municípios, independentemente de quem os governe. O Governo também afina a sintonia entre os Executivos Federal e Municipal, onde um precisa do outro para realizar o desenvolvimento.

E, por fim, o Governo Federal contribui para fortalecer o municipalismo brasileiro. Está certa a Presidenta Dilma Rousseff. É nos Municípios que os cidadãos moram. É lá que precisam recorrer a unidades de saúde e onde colocam seus filhos para estudar. É no Município que os agricultores familiares enfrentam secas e enchentes. É lá onde os serviços públicos são mais acessados e necessários. Não há país rico sem Municípios desenvolvidos.

Parabéns aos Prefeitos e Prefeitas que participaram do encontro. Parabenizo especialmente aos Prefeitos piauienses, meu amigo Adriano Ramos, de São João do Arraial; Patrícia Leal, de Altos, Manin Geronço, de Porto; Gil Carlos, de São João do Piauí; Francisco Costa, de São Francisco do Piauí; Raimundo Ferreira, de São Pedro do Piauí, Selindo Carneiro, de Colônia; Filho Tiú, de Tanque do Piauí; Florentino Neto, da Parnaíba; Chico Pitu, de Marcolândia; a Secretária de Planejamento de Picos, Oneide Rocha; o meu amigo Luciano Fonseca, de Bertolândia, e o meu grande amigo Chico, Prefeito de Jurema no Estado do Piauí. Além das palestras do evento, eles receberam informações sobre captação de recursos e acesso a programas federais durante visitas em que os acompanhei nos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; Pesca e Aquicultura; Educação; Cultura; Integração Nacional; além da CODEVASF; da Caixa Econômica Federal e do BNDES.

Sr. Presidente, além das informações sobre os mais diversos programas federais e linhas de crédito, os Prefeitos e Prefeitas compreenderam, acima de tudo, a importância de planejar suas ações. Em todas as palestras os técnicos estimularam a elaboração de projetos, ponto crucial para o recebimento de recursos federais.

Parabéns à Presidenta Dilma pela iniciativa. Parabéns aos Ministros e suas competentes equipes que apresentaram os programas federais. Obrigado aos Ministros, Ministras e

Diretores de órgãos federais que nos receberam e forneceram preciosas informações para as gestões que se iniciam este ano.

Seria esta a nossa manifestação. Queria, portanto, dar como lido também, parabenizando a nossa Presidenta que, durante sua visita ao Estado do Paraná, disse que o Governo estuda desoneração integral de cesta básica dos tributos federais. Este é um dos programas que defendo também aqui nesta Casa e que queria dar, portanto, como lido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - V.Exa. será atendido.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, recebi hoje em meu gabinete a visita de defensores públicos, dentre eles o Defensor Público Geral em exercício, Dr. Francisco de Jesus Barbosa; o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Piauí, Arilson Malaquias. Eles me pediram apoio para derrubar o veto presidencial ao Projeto de Lei Complementar 114/2011, pelo qual as Defensorias Públicas Estaduais passariam a ter 2% do orçamento garantido para suas despesas com pessoal, independente do Executivo.

Atualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal contempla o gasto total do Estado com pessoal em 60% (sendo 49% para o Executivo, 6% do Judiciário, 3% para o Legislativo e 2% para o Ministério Público). Pelo PL 114/11, terá que incluir 2% para a Defensoria Pública. O limite continua em 60%, porém o do Executivo cai para 47%, para agregar o patamar da Defensoria. Trata-se de uma causa justa, a meu ver.

Lembro aos senhores e senhoras que o projeto 114/2011, de autoria do senador José Pimentel (PT/CE), foi aprovado no Senado, no final de 2011. Em outubro do ano passado, recebi em meu escritório parlamentar o presidente da Associação da Defensoria Pública Estadual do Piauí, Arilson Malaquias, solicitando apoio ao projeto, que, no mesmo mês foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, da qual sou segundo vice-presidente. Em novembro do ano passado, a matéria foi aprovada aqui nesta Casa. A inclusão do Projeto na ordem do dia foi, inclusive, requerida por mim e acatada pelo deputado Marco Maia (PT/RS), então presidente da Câmara.

Pois bem. No final de dezembro, a presidenta Dilma Rousseff vetou integralmente o PL 114/11 "por contrariedade ao interesse público".

Com todo respeito à presidenta e aos assessores técnicos que orientaram o veto, digo que trata-se de um equívoco. As Defensorias são essenciais para possibilitar o acesso das pessoas mais pobres à justiça. Isso é interesse público.

O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional com apoio unânime dos partidos políticos, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados.

Segundo a ANADEP (Associação Nacional dos Defensores Públicos), nenhuma Secretaria de Fazenda estadual apresentou qualquer manifestação contrária ao projeto, de modo que seus argumentos pudessem ser debatidos e até contribuir para modificar o projeto.

Espero que este Congresso confirme a decisão que tomou ao garantir autonomia financeira às Defensorias, fortalecendo o trabalho de assistência jurídica aos brasileiros, especialmente, aos que não podem pagar pelos serviços advocatícios.

Era esse nosso registro, Senhor Presidente. Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, faço questão de parabenizar o Governo Federal pela realização do Encontro de prefeitos e Prefeitas que reuniu milhares de gestores de todo o Brasil, no final do mês de janeiro, em Brasília, para tratar das parcerias que podem ser feitas em benefício das cidades, expor os investimentos da União nas diversas áreas e explicitar as formas de acesso aos programas federais para desenvolvimento dos municípios. Com esse evento, o Governo Federal consolida um novo patamar das relações federativas, onde se desenvolve ainda mais o diálogo entre governo federal e municípios, de acordo com critérios públicos, atendendo aos municípios, independentemente de quem os governe. O Governo também afina a sintonia entre os Executivos Federal e Municipal, onde um precisa do outro para realizar o desenvolvimento.

E, por fim o Governo Federal contribui para fortalecer o municipalismo brasileiro. Está certa a presidenta Dilma Rousseff. É nos municípios que os cidadãos moram. É lá que precisam recorrer a unidades de saúde e onde colocam seus filhos para estudar. É no município que os agricultores familiares enfrentam secas e enchentes. É lá onde os serviços públicos são mais acessados e necessários. Não há país rico sem municípios desenvolvidos.

Parabéns aos prefeitos e prefeitas que participaram do Encontro. Parabenizo, especialmente aos prefeitos piauienses Adriano Ramos (São João do Arraial), Patrícia Leal (Altos), Manin Geronço (Porto), Gil Carlos (São João do Piauí), Francisco Costa (São Francisco do Piauí), Raimundo Ferreira (São Pedro do Piauí), Selindo Carneiro (Colônia), Filho Tiú (Tanque do Piauí), Florentino Neto (Parnaíba), Chico Pitu (Marcolândia) e a secretária de planejamento de Picos, Oneide Rocha.

Além das palestras do evento, eles receberam informações sobre captação de recursos e acesso a programas federais durante visitas em que os acompanhei nos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; Pesca e Aquicultura; Educação; Cultura; Integração Nacional; além da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), Caixa Econômica Federal, Correios e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Além das informações sobre os mais diversos programas federais e linhas de crédito, os prefeitos e prefeitas compreenderam, acima de tudo, a importância de planejar suas ações. Em todas as palestras os técnicos estimularam a elaboração de projetos, ponto crucial para o recebimento de recursos federais. Parabéns à presidenta Dilma pela iniciativa. Parabéns aos ministros e suas competentes equipes que apresentaram os programas federais. Obrigado aos ministros, ministras e diretores de órgãos federais que nos receberam e forneceram preciosas informações para as gestões que se iniciam este ano.

Muito obrigado.

06/02/2013

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, apenas para aqui fazer um registro sobre a mobilização, que tomou conta desta Casa no dia de hoje, dos defensores públicos de todo o País, que estão aqui exigindo que seja derrubado o veto. E felizes são aqueles que, ao defenderem seus interesses mais imediatos, defendem os interesses de toda a sociedade. Defender a Defensoria Pública com força, a Defensoria Pública que possa fazer cumprir a sua função é absolutamente fundamental para que nós tenhamos a democracia neste País. São milhões de brasileiros e brasileiras que, através da Defensoria, buscam ou têm o direito de terem direitos e que podem, portanto, acionar a busca ou a reparação da violação do direito, da violação da própria lei. Por isso a minha solidariedade completa e o meu apoio à luta pela derrubada do veto ao projeto que fortalecia a Defensoria Pública em todo o País.

Muito obrigada.

07/02/2013

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. autorizasse a publicação do meu pronunciamento no programa *A voz do Brasil*. Sr. Presidente, mais uma vez eu volto a dizer que parte da mídia não contribui com o aperfeiçoamento das instituições neste País. Parte da mídia divulgou que os Parlamentares

estariam sem trabalhar. Há matérias hoje sobre isso. Temos fotógrafos aqui tirando fotos. Vão dizer: “*Congresso esvaziado*”. Mas há gente trabalhando aqui.

Eu quero, inclusive, registrar: nós entramos com dois requerimentos relativos a essa matéria. Nós tomamos conhecimento em matéria nos *blogs* da Bahia de um documento produzido por 52 produtores agrícolas no perímetro irrigado do Rio Brumado, em Livramento de Nossa Senhora, em que pedem renegociação das suas dívidas com o Banco do Brasil.

Nós encaminhamos requerimento de indicação ao Ministro Mantega, para que abrisse uma negociação com esses produtores e também um requerimento mais amplo, mais específico, ao Ministro Mantega, para que ele abrisse negociação com os produtores endividados de todos os Municípios afetados pela seca, que estão em calamidade pública ou em estado de emergência. O Governo Dilma fez muito — prorrogou, mas as prorrogações foram insuficientes. Temos insistido, face à dramaticidade da seca, face aos graves efeitos da maior seca dos últimos 50 anos, Padre Luiz Couto, e estou sugerindo inclusive anistia aos pequenos produtores e inclusive recomposição do rebanho, que o Governo distribua matrizes de ovinos, de caprinos e até mesmo de bovinos para os pequenos produtores, para que façam a recomposição de pastagem, porque tivemos o empobrecimento enorme do Nordeste em função dessa seca. Em algumas regiões, a perda de rebanho atingiu os 50%. Eu estou fazendo uso do meu Pequeno Expediente; não é de Liderança — são 5 minutos. Estou no Pequeno Expediente; são 5 minutos. Por favor, queiram ajustar.

Quero também registrar, Sr. Presidente, que nós encaminhamos à Ministra Miriam Belchior um pedido para que ela contratasse os 150. A Ministra já assumiu o compromisso de que contratará até 60 novos defensores já concursados, mas há 150 concursados. O Brasil foi considerado por institutos internacionais o sexto país do mundo que mais contratou servidor público, durante esse período Lula/Dilma. Fica atrás da Índia e poucos outros países. Tenho esse registro e mais tarde o farei. Quero agradecer à Ministra Miriam, que tem atendido a diversos pedidos nossos; inclusive pelo aumento que ela garantiu às categorias que estavam fora da negociação, como os auditores fiscais da Receita, como os auditores fiscais do Trabalho, como os policiais federais, os servidores do Banco Central; nós mediamos essa negociação, junto com o Paulo Pimenta, junto com o Senador Romero Jucá. E nós conseguimos inclusive que os servidores que estavam fora dessa negociação fossem incluídos, pela sensibilidade que a Ministra tem tido em relação aos servidores.

Nós também solicitamos à Ministra Miriam que contratasse os excedentes do concurso de auditor fiscal. Foram apenas 200 nomeados, Deputado Trad, e tem mais 50 já habilitados, e a Receita promete fazer outro concurso. Faz sentido fazer outro concurso se já tem 50 auditores

prontos para assumir imediatamente! Nós estamos pedindo que ao invés de 200 ela contrate 250. Também encaminhamos à Ministra Miriam, à Presidente da República e à Ministra Ideli o pedido para contratação de pelo menos 50% a mais do que é previsto na lei de concurso. A lei de concurso chama-se edital, e o edital dos analistas da Receita Federal prevê a chamada de até 100% das vagas abertas. Ora se é 100% das vagas, nós queremos que chame os 100% e não façam outro concurso. Hoje os concursos são de altíssimo nível, a diferença entre quem foi chamado e quem está nas vagas imediatamente abaixo é muito pequena. Não faz sentido fazer outro concurso.

Por isso a gente está fazendo esse pedido à Ministra Miriam. E sua assessoria nos ligou antes de ontem confirmando que S.Exa. nos dará audiência para tratar desses temas após a aprovação do Orçamento nesta Casa. Quero agradecer de antemão à Ministra e declarar minha confiança de que ela atenderá mais uma vez o nosso pedido.

Muito obrigado, Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para deixar registrado uma matéria do site de notícias Bahia Notícias do dia 02 de fevereiro de 2013 em que produtores rurais de Livramento de Nossa Senhora que foram atingidos pela seca, pedem renegociação de dívidas junto ao Banco do Brasil. Muito Obrigado

Um documento assinado por 57 produtores agrícolas do perímetro irrigado do Rio Brumado, em Livramento de Nossa Senhora, no sudoeste baiano, foi entregue no final de janeiro ao gerente da agência do Banco do Brasil na cidade.

No ofício, a categoria pede a prorrogação dos contratos de empréstimos assinados em 2012 em 100% da dívida pactuada pelo período de dois anos e o parcelamento do restante em oito vezes distribuído anualmente entre 2015 e 2022.

O motivo do “pedido de socorro”, como classifica o produtor Gutemberg Carneiro, é o estrago provocado pela seca na região, a pior dos últimos 40 anos. O agricultores, que produzem manga em uma extensão de mais de 4 mil hectares, afirmam que o fenômeno trouxe despesas inesperadas e que não terão faturamento em 2013, muito menos previsão para 2014. Em contato com o Bahia Notícias, Carneiro estimou que em 2012 os produtores da região tiveram um prejuízo aproximado de 60% da safra. “Esse perímetro [do Rio Brumado] tinham um faturamento de R\$ 300 milhões ao ano.

Antes eu empregava 240 pessoas, hoje estou com 3, para você ter uma idéia do desastre”, lamenta o Gutemberg Carneiro. Segundo ele, em reunião com o gerente do BB, o representante ficou de levar a solicitação à superintendência do banco. “Esperamos contar com o apoio dos deputados e autoridades que possam nos ajudar também nessa causa, porque a situação tende a piorar”, conclamou.

07/02/2013

O SR. FRANCISCO PRACIANO (PT-AM. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero, de início, parabenizar a defesa que fez nossa companheira Kokay ao Governo de Lula/Dilma e principalmente a defesa que fez à PETROBRAS, de forma responsável, competente, mostrando que o Brasil dirigido por um metalúrgico e por uma mulher é um Brasil que sabe gerenciar uma crise, que vacinou este País contra a crise. É um país de um programa social muito extenso, um dos maiores programas sociais do mundo, um país dirigido por um partido construído pelos movimentos. A companheira Dilma e o companheiro Lula são do partido que é uma construção da sociedade. E a sociedade está sendo premiada com programas sociais e com um governo que tem sob seu comando e total controle os fundamentos de uma economia e a garantia de crescimento com estabilidade econômica e democrática, graças à história de nosso partido e a gestão que tivemos com a companheira Dilma e o companheiro Lula.

Meus amigos, eu sou do Amazonas e espero que nos últimos 2 anos do meu mandato, companheiro Amauri, a gente dê mais ênfase a isso. Tenho gerenciado o meu mandato com dois focos, dois eixos. O eixo que busca mais o aperfeiçoamento do Estado. Ou seja, nós como membros da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção temos dirigido nossas ações, junto com outros companheiros, ao aperfeiçoamento das leis que dificultam o combate à corrupção. Infelizmente, isso anda muito lentamente e não temos tido muito sucesso, mas a luta continua.

Nesse foco ainda, a gente tenta ver que a corrupção e alguns vícios do Estado brasileiro são culpa da fragilidade do próprio Estado. E a gente tem apresentado projetos e defendido os de outros companheiros que aperfeiçoem o Estado nesse sentido. Como, por exemplo, o que dá mais independência aos Tribunais de Contas dos Estados. Assunto difícil de transitar, difícil de progredir aqui, dentro desta Casa. Proibir Governadores de indicar fiscais, membros, conselheiros dos Tribunais de Contas é algo difícil, mas necessário. Necessário também é dar o máximo de independência a outro órgão fiscal, chamado Ministério Público. É necessário que a gente também pense numa justiça mais estruturada. Ela precisa de outra organização,

precisa de recursos, precisa de uma gestão diferente para a celeridade dos processos, dos 70 milhões de processos que transitam na justiça brasileira.

Afora esse foco, a gente trabalha também o dia a dia de forma mais pragmática. E, neste dia a dia, eu quero me referir à Amazônia, outro foco nosso, como uma região que ainda está a sofrer coisas que outras regiões também sofrem, mas não tanto, dadas as nossas especificidades, dadas as nossas diferenças. Na Amazônia, companheiro Amauri, somente a cidade de Manaus e outra, a 80 quilômetros, Presidente Figueiredo, tem serviços — precários — de Defensoria Pública. Somente dois de 61 Municípios. Ou seja, nesse aspecto, o cidadão amazonense é um cidadão de terceira categoria. O Estado brasileiro está a dever aos Municípios da Amazônia, principalmente do Estado do Amazonas, esse serviço constitucionalmente obrigatório, o direito dos mais pobres a um advogado. Mas não é só isso, não. No que diz respeito a médicos, nós temos no Brasil 1,8 médicos por mil habitantes. A ONU propõe, como o razoável, pelo menos um médico por mil habitantes. O Estado do Amazonas tem, na Capital, 2,4 médicos por mil habitantes, portanto mais do que a ONU propõe. Mas, no interior, há menos de meio médico por mil habitantes, há zero médico em alguns Municípios, como, por exemplo, no Município de Envira, que, a alguns quilômetros de Manaus, tem 25 mil habitantes e nenhum médico, numa relação de zero para 25 mil. Em compensação, a cidade de São Paulo tem quatro médicos por mil habitantes, numa relação maior do que na maioria dos países europeus.

Portanto, o nosso problema não é só de quantidade de médicos, nosso problema é de distribuição de médicos.

O Governo Federal, para encerrar, está propondo algumas medidas, mas de médio e longo prazos, como, por exemplo, a criação de universidades no interior do País, nas regiões onde há mais demanda por médico e onde não há médicos. Na Amazônia, isso seria bem apropriado, em algumas cidades-polos da região, porque a Amazônia sofre com a falta de médicos no interior mais do que qualquer outra região. Mas são medidas de longo prazo.

Há uma medida de curtíssimo prazo com a qual não concordo: credenciar automaticamente todos os médicos de países vizinhos que venham aqui, sem nenhuma validação, sem nenhum exame de proficiência. Isso não é bom. Pode ser uma proposta para pensarmos e aperfeiçoarmos. Talvez contratar os médicos que venham de países vizinhos, mas exigir deles uma residência monitorada e avaliada para então credenciá-los com a obrigatoriedade de irem para o interior do Amazônia, para o interior do País. Essa pode ser uma solução. Mas pedimos ao Governo Federal que foque, no caso da Amazônia, para o imediato, para o amanhã, para o hoje. E para o hoje...

(O microfone é desligado.)

Para encerrar, Sr. Presidente, mais uma vez agradeço a sua bondade, já que há poucos Deputados aqui e podemos abusar um pouquinho da sua boa vontade. Há algumas propostas mais imediatas, como por exemplo, abrir concursos para a carreira de médico, como se fosse carreira de Estado, a exemplo do militar, do promotor, do juiz, obrigando essas pessoas a prestarem serviços no interior deste País, principalmente da Amazônia. É uma proposta mais imediata. Uma outra proposta mais imediata é criar atratividade para os médicos. Que atratividade? Salários, condições financeiras e de trabalho. Porque o médico não é um mercenário. Apesar de ser uma área técnica, o médico tem uma formação humanista. Ele quer ir também para o interior, onde possa dignamente desenvolver sua profissão, e aí exige hospitais estruturados, com suporte de enfermagem, com equipamento, com laboratório.

Portanto, os Governadores da Amazônia e os Prefeitos dos nossos Municípios do interior da Amazônia têm que sentar urgentemente para soluções urgentes não soluções a longo prazo. Deve haver soluções a longo prazo, a médio prazo, mas a curto prazo nós pedimos que o Governo Federal, junto com os Governos da Amazônia se juntem, sentem-se e busquem efetivar, executar as políticas mais imediatas. E aí há várias propostas formuladas pelo Conselho Federal de Medicina e outras entidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senado Federal

05/02/2013

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD/AC) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, na verdade, o que nos traz à tribuna nesta tarde, início de noite, de hoje é apenas o desejo de fazer um registro que nós entendemos da maior importância.

Temos o prazer de receber, aqui em nossa Casa, uma comitiva de Defensores Públicos de todo o País, acompanhada pela Presidente da Frente Nacional dos Defensores Públicos dos Estados e da União, a Deputada Antônia Lúcia, que é também lá do meu Estado, o Estado do Acre, e que tem sido uma guerreira na luta dos interesses da Defensoria Pública do nosso Estado. Também temos o prazer de receber aqui o Dr. André de Castro, Presidente Nacional das Associações dos Defensores Públicos. Também está aqui o amigo, Dr. Perazzo, Defensor no meu Estado, uma pessoa que tem dado uma contribuição muito grande ao povo acreano.

Eu conversava agora com o nosso Presidente, Senador Jayme Campos, e S. Ex^a dizia exatamente da importância da Defensoria nos Estados brasileiros. Mato Grosso, muito embora

seja um Estado rico, depende muito da Defensoria, como ele disse, principalmente para atender aos menos favorecidos. Se Mato Grosso, um Estado rico, defende, pelas palavras do Senador Jayme Campos, a sua Defensoria, imaginem o meu Estado, o Estado do Acre, um Estado pobre, que depende dos repasses dos fundos constitucionais, do FPE, do FPM.

Conheço o meu Estado, conheço todos os seus Municípios e sei que a nossa Defensoria não conseguiu chegar a todos eles. E não por conta da Defensoria, mas por conta da relação que o Governo do Estado do Acre tem para com a nossa Defensoria. Eu queria saber qual foi o mal que os Defensores do nosso Estado, ou ainda, que a Defensoria do nosso Estado fez ao nosso Governador. O tratamento que o Governador do Estado do Acre tem dado à nossa Defensoria é o pior possível. Digo isso por ouvir os depoimentos de alguns Defensores, que sempre estão pedindo socorro, pedindo para que nós lutemos por essa causa nobre, visto que ajuda principalmente os menos favorecidos.

A Defensoria Pública, em Rio Branco, fica próxima a minha casa. Todas as vezes que saio, pela manhã, passo ali e vejo aquela fila de pessoas humildes procurando por apoio, por ajuda, por socorro na Defensoria do nosso Estado. São pessoas que chegam de madrugada – às vezes às 3, 4 horas da manhã – porque não têm condições de pagar um advogado particular.

Hoje já conversei com o nosso Presidente Renan Calheiros, que já se colocou à disposição para, amanhã, receber uma comissão de Defensores do Brasil inteiro. Estarão reunidos mais de 400 Defensores no Auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal, fazendo uma mobilização, porque, na verdade, ninguém entendeu esse veto ao PL 114, de 2011, feito pela Presidente Dilma.

Não votei na Presidente Dilma, mas passei a admirá-la porque tem feito um governo direcionado aos menos favorecidos, E tenho sempre ouvido Sua Excelência dizer que a meta do seu governo é chegar àqueles que menos têm, àqueles que mais precisam. E não vejo uma instituição que esteja mais próxima dos menos favorecidos que a Defensoria Pública do nosso País.

Esse projeto de lei, que tramitou na Câmara, sendo aprovado por unanimidade, foi votado aqui no Senado, onde também foi aprovado por unanimidade, na verdade, é um projeto do Líder do Governo no Congresso, um projeto de autoria do Senador José Pimentel, do Ceará e que, para nossa surpresa, foi vetado pela Presidente Dilma. Estive hoje na reunião de Líderes, mas, como ali não houve entendimento, voltaremos a discutir depois do carnaval a pauta dos vetos. E esse é um veto para cuja análise temos de ter certo cuidado. Precisamos derrubar esse veto, mas não derrubá-lo numa postura de enfrentamento à Presidente Dilma, de enfrentamento ao Governo. Não é isso! Nós temos que

mostrar à Presidente Dilma que essas pessoas que a orientaram estão, de certa forma, equivocadas.

Nós examinamos a questão junto ao Palácio e verificamos que por onde esse projeto tramitou recebeu o apoio do Governo. Portanto, nós tínhamos certeza de que essa matéria seria sancionada pela Presidente Dilma. Entretanto, para surpresa do nosso Presidente Nacional da Associação dos Defensores Públicos, para nossa surpresa, esse projeto não foi sancionado.

Apelo à nossa Presidente Dilma que dê ouvidos aos reclamos que serão feitos amanhã, aqui em Brasília, por mais de 400 Defensores Públicos do Brasil todo. E o que se pede é apenas a regulamentação, uma vez que a instituição Defensoria Pública já consta na nossa Constituição. O que se está discutindo é apenas a regulamentação da autonomia das Defensorias nos Estados.

Eu hoje conversava com a Deputada Antonia Lúcia, que tem sido uma guerreira e um baluarte nessa luta, e ela me falava de uma denúncia que fez e que eu fiz questão de levantar, com o apoio do meu gabinete, constatando a veracidade dessa denúncia. Para vocês terem ideia, amigos Senadores e Senadoras presentes a esta sessão, o orçamento da Defensoria do Acre – pasmem! – é de R\$1,8 milhão. O nosso governo gastou, só com advogados dativos, R\$1,3 milhão! Repito: o orçamento da nossa Defensoria é de R\$1,8 milhão e o governo do Estado gastou, só com advogados dativos, R\$1,3 milhão! Quer dizer, se tivessem investido esses recursos na estrutura da nossa Defensoria, evidentemente teria gastado muito menos, até porque já tem a estrutura.

O nosso apelo é no sentido de que a Defensoria possa chegar a todos os Municípios acrianos. Hoje não chega! Aqueles acrianos que estão em Santa Rosa, no Jordão não têm direito a uma defesa pública.

Quanto custa hoje para o Estado um cidadão que não tem oportunidade de ser defendido? Vai parar na cadeia! E isso provoca um custo muito maior para o Estado. Eu queria entender qual é essa conta que o governo do Estado do Acre está fazendo.

Então, a nossa vinda aqui é mais no sentido de parabenizar a Associação Nacional por essa luta. Hoje eu conversei com vários Senadores; lá na Câmara Federal, junto com a Deputada Antônia Lúcia, conversamos com vários Deputados Federais e não conseguimos encontrar ninguém que seja contra. Agora, a nossa surpresa foi que a Presidente Dilma vetou esse projeto de lei. E nós estamos aqui fazendo esse apelo à nossa Presidente, ela que tem feito um governo para os menos favorecidos – e ela tem dito isso em todos os seus discursos; um governo para os que menos têm. Eu não vejo, com todo respeito... O Poder Judiciário do meu Estado, hoje, graças a Deus, é dotado da estrutura adequada que o

Poder Judiciário merece; o Tribunal de Contas do meu Estado é dotado da estrutura que o Tribunal de Contas do meu Estado merece; o Ministério Público do meu Estado é dotado da estrutura que o Ministério Público merece; agora, a Defensoria, a instituição que lida com o povo, hoje, infelizmente, no meu Estado – e não sei qual foi o mal que os Defensores do meu Estado fizeram para com o Governador – não recebe o respeito que merece.

Então, fica aqui o nosso apelo aos nossos Senadores para que entrem nessa luta. Esse projeto foi votado aqui e aprovado por unanimidade; foi votado na Câmara Federal e aprovado por unanimidade. Nós precisamos sensibilizar a nossa Presidente. Estou falando aqui como um Senador que tem votado os projetos de interesse da Presidente Dilma; estou fazendo esse apelo à Presidente no sentido de que ela reveja essa posição e oriente toda sua bancada para que possamos não ir para esse enfrentamento, vencer ou não vencer, derrubar ou não derrubar o veto. Não! Nós temos que fazer com que a nossa Presidente entenda a importância que tem a Defensoria Pública neste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

08/02/2013

APARTE DA SENADORA ANA AMÉLIA (Bloco/PP/RS) – Exatamente. Mas V. Ex^a e eu declaramos como votamos. E aí levantou-se uma suspeita. Então, o voto aberto... Quero dizer que a PEC de sua iniciativa, a primeira, propõe realizar todas as votações, inclusive de vetos – que acho que nós poderíamos examinar –, pelo voto aberto. Não teríamos mais nenhum dilema. A sociedade teria um entendimento sobre isso. Era exatamente sobre isso. É um protesto a esse sistema de votação. E eu queria também me associar a V. Ex^a nessa questão do fator previdenciário; não só nessa matéria. Mas, Senador, não é possível. E V. Ex^a chama aos brios a Casa, pois nós temos de fazer prevalecer quando há uma negociação – e o Senador Wellington Dias, hoje um combativo Parlamentar, Líder da Bancada do seu partido. Nós fizemos uma ampla negociação com a base que dá apoio ao Governo, com a oposição, para chegar ao fim do fator previdenciário. E aí ele é vetado. Então, a Casa tem de fazer valer a decisão que tomou. Ela só resgata a credibilidade nessa hora. **Da mesma forma, foi negociada aqui, com todas as Lideranças, a questão da Defensoria Pública, que V. Ex^a já abordou e eu também abordei – fomos procurados; tem que derrubar um veto desse.** Foi um entendimento. Se não tivesse havido entendimento, tudo bem. A matéria nem teria sido... Mas, fruto de um entendimento, temos de fazer valer a vontade do Congresso Nacional, que é a vontade da maioria. Então, eu queria cumprimentá-lo. E entendo perfeitamente, porque a política é perversa, e nós temos de enfrentar esse desafio. Eu não estou reclamando; pelo

contrário, pois me é muito prazeroso o exercício do mandato, mas nem sempre é compreendido na medida exata do que nós estamos fazendo aqui para cumprir exatamente, com rigor, aqueles compromissos que assumimos junto aos nossos eleitores. Cumprimento-o, Senador Paulo Paim.